

Partidos que participaram desta Comissão pela confiança em mim depositada, escolhendo o meu nome para Vice-Presidente. Espero colaborar com esta CPI, haja vista já haver presidido uma CPI, a das ONGs, a que menos holofotes teve nesta Casa, mas que, com dificuldades, é verdade, produziu um relatório consistente, contundente e que realmente começou a mudar a história do que eram as instituições no Brasil. Espero colaborar, pois, com esta CPI.

Mesmo estando no PTB desde fevereiro, contei com a generosidade dos meus colegas que me indicaram seu Líder. Assim, na qualidade de Líder do PTB, ressalto que, nós, do PTB, tomamos uma decisão: tão logo foram veiculadas todas essas notícias envolvendo o Partido, nos desligamos do Bloco de apoio ao Governo, sem, no entanto, rompermos com o Governo. Assim fizemos para manter uma linha de independência, a qual está justamente consubstanciada pela minha presença nesta Comissão, aceitando inclusive honrosamente essa designação para assumir o cargo de Vice-Presidente.

Colaborarei intensamente para o bom andamento dos nossos trabalhos, como, tenho certeza, todos os Senadores aqui presentes também o farão. Demonstraremos que é uma CPI exclusiva do Senado e que, portanto, agiremos com tranquilidade e com a preocupação de realmente chegarmos à realidade fatos.

Já contamos até, como bem disse o Senador Romeu Tuma, com elementos facilitadores, haja vista que há duas CPIs instaladas que realizaram trabalhos a respeito deste caso. Podemos, portanto, resgatar muitos dos documentos que já foram obtidos e, então, aprofundar e ampliar essa investigação.

De outra parte, como foi dito por vários dos Senadores, a Nação inteira já desacreditava que o Senado, mesmo com a decisão do Supremo, instalasse e fizesse funcionar esta CPI. Portanto, agradeço a todos e estou à disposição de V. Ex^{as}.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Eu é que agradeço a V. Ex^a, Senador Mozarildo Cavalcanti. Para mim, é uma honra presidir esta Comissão, tendo V. Ex^a como meu Vice.

Agradeço a todos pela presença.

Antes de encerrar a presente reunião, ressalto que vamos buscar o entendimento, a partir de agora, com o Bloco aliado do Governo e, então, dentro do menor espaço de tempo, voltar a contatar todos os membros desta CPI a fim de tentarmos amanhã fazer a nossa primeira reunião após a eleição do Presidente e do Vice-Presidente e a escolha do Relator.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 45 minutos.)

Ata da 2ª Reunião, realizada em 30 de junho de 2005.

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e cinco, às dezesseis horas e trinta minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, Reginaldo Duarte, Leonel Pavan, Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho, Paulo Paim, Fátima Cleide, Magno Malta, Juvêncio da Fonseca, Mozarildo Cavalcante (Relator) e Geraldo Mesquita Junior, membros, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para “Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberto os trabalhos dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidência comunica que designou o Senhor Senador Garibaldi Alves Filho para relatar a Matéria. Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho, agradece a honra que lhe foi conferida. Prosseguindo a presidência informa que a sobre a Mesa os seguintes Ofícios/Requerimentos: **Requerimento n.º 001/05**, requer ao Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro o envio de cópia do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito dessa Assembléia Legislativa que investigou irregularidades na Loterj (CPI da Loterj), bem assim as notas taquigráficas dos depoimentos prestados na referida Comissão e processos que guardem relação com o caso investigado. **Requerimento n.º 002/05**, requer ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro o envio de cópia dos processos sobre o “Caso Waldomiro Diniz”, assim como denúncias apresentadas por esse Ministério que façam referência ao caso em tela. **Requerimento n.º 003/05**, requer ao Departamento de Polícia Federal o envio de cópias dos processos e inquéritos abertos em decorrência das denúncias sobre o caso “Waldomiro Diniz”. **Requerimento n.º 004/05**, requer ao Ministério Público Federal o envio de cópia de qualquer processo, de qualquer natureza, aberto com o intuito de apurar o envolvimento do ex-subchefe de assuntos parlamentares da Casa Civil da Presidência da República. Sr. Waldomiro Diniz, em práticas de extorsão. **Requerimento n.º 005/05**, requeira a Câmara dos Deputados o envio de cópia completa dos autos e instruções que levaram à cassação do ex-Deputado André Luiz. **Requerimento n.º 006/05**, requer a Presidência da República o envio de cópia completa dos autos decorrentes da Comissão de Sin-

dicância e/ou Processo Administrativo Disciplinar instaurado por aquele Órgão para apurar o envolvimento do ex-subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil da Presidência da República, Sr. Waldomiro Diniz, em práticas de extorsão. **Requerimento n.º 007/05**, requeiro a Controladoria-Geral da União o envio de cópia completa dos autos decorrentes da Comissão de Sindicância e/ou Processo Administrativo Disciplinar instaurado por aquele Órgão para apurar o envolvimento do ex-subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil da Presidência da República. Sr. Waldomiro Diniz, em práticas de extorsão. Após a discussão, os requerimentos foram aprovados por unanimidade. Com a palavra o Senhor Senador Antônio Carlos Magalhães informa que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõe de farta documentação sobre Bingos e sugerindo que a CPI requisite este material. Usam da palavra os Senhores Senadores Geraldo Mesquita, Paulo Paim e Juvêncio da Fonseca. A presidência informa que aguardará pela decisão do Congresso Nacional com relação à votação da LDO, objetivando definir as próximas reuniões da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra os trabalhos agradecendo a todos pela presença e, para constar, eu, **José Augusto Panisset Santana**, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, destinada a investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de aposta com o crime organizado.

Sr^{as} e Srs. Senadores presentes a esta 2ª Reunião, em discussão a Ata da 1ª Reunião, em que houve a instalação e a escolha do Presidente e do Vice-Presidente.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovada.

Queremos, com satisfação, comunicar a escolha do nosso Relator, indicação proveniente da Base do Governo, de acordo com o que foi decidido na última reunião e, para alegria de todos nós, entre tantas figuras eminentes da Base do Governo, o Senador Garibal-

di Alves Filho, do PMDB do Rio Grande do Norte. Ao meu lado, ao lado do Senador Mozarildo Cavalcanti e de todos nós, vamos iniciar os trabalhos.

Há sobre a mesa alguns ofícios dos quais quero dar ciência a V. Ex^{as}, que serão encaminhados para discussão e aprovação. Peço que os membros também façam sugestões em relação a outros ofícios.

Há um ofício para o Dr. Paulo Lacerda, Diretor-Geral do Departamento da Polícia Federal, que solicita a gentileza dessa autoridade de colocar à disposição desta Comissão até o término dos trabalhos um delegado, o qual deverá prestar serviços em tempo integral para melhor instrução da matéria.

Um segundo requerimento, destinado ao Sr. Jorge Picciani, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, solicita disponibilizar a esta Comissão cópia do relatório final da CPI da Loterj, aprovada por aquela Casa Legislativa, assim como depoimentos prestados na referida Comissão de Inquérito e processos que façam referência ao caso.

Há ofício dirigido ao Sr. Dr. Marfan Martins Vieira, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, e solicita também a gentileza de disponibilizar a esta Comissão cópia dos processos sobre o caso Waldomiro Diniz, assim denúncias apresentadas por aquele Ministério.

Um outro, destinado ao Dr. Paulo Lacerda, solicita disponibilizar a esta Comissão cópia dos processos, assim como os inquéritos policiais abertos em decorrência das denúncias do caso Waldomiro Diniz.

E, ainda, um destinado ao Deputado Severino Cavalcanti, Presidente da Câmara dos Deputados, solicitando a gentileza de encaminhar a esta CPI cópia completa dos autos e instruções que levaram à cassação do ex-Deputado André Luiz, acusado de tentar extorquir R\$4 milhões de empresários do Jogo do Bicho, entre os quais o Sr. Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira.

Então, são esses os ofícios que inicialmente foram encaminhados. Esta Presidência conta com a contribuição dos senhores para que possamos, se tivermos conhecimento de outros materiais disponíveis, fazer a instrução de um roteiro, pois precisamos traçar um cronograma para nossa Comissão.

Faculto a palavra ao Sr. Relator e, em seguida, aos Srs. Membros desta Comissão.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, Srs. Membros desta Comissão, agradeço ao Presidente as palavras pela minha indicação para Relator desta Comissão e peço a colaboração de todos para que o meu trabalho possa se tornar um trabalho eficiente, capaz de levar esta Comissão a atingir os seus objetivos.

Eu tenho a mais absoluta certeza, a plena confiança de que todos os Colegas estarão prontos para me ajudar nessa difícil e árdua missão de Relator, mas espero corresponder à confiança e à expectativa de todos.

Sr. Presidente, gostaria de sugerir que fosse dirigido um ofício à Procuradoria-Geral da República, pedindo o que existir lá a respeito desse caso dos bingos, o caso Waldomiro, já que sabemos que o Ministério Público apurou e deve ter um acervo e documentação a respeito dessas investigações.

Passo a palavra novamente a V. Ex.^a. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Peço à Assessoria que faça as devidas anotações e tome as providências.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, Senadora Fátima Cleide, Srs. Senadores, antes de mais nada, quero registrar aqui a postura democrática, consentânea com a prática desta Casa, que V. Ex.^a, com o apoio dos membros desta Comissão, tomaram em obediência, como disse, à prática desta Casa, diferentemente do que houve na Comissão dos Correios: contemplar Governo e Oposição na Presidência e na Relatoria de uma Comissão tão importante como esta.

Eu queria festejar esse fato com uma demonstração cabal de espírito democrático e de compromisso com o interesse público. Da mesma forma, queria saudar e dizer que, para mim, é motivo de segurança a Relatoria ser destinada ao Senador Garibaldi, Parlamentar de longo curso, que tem, sim, compromisso partidário, mas tem sobretudo compromisso com a verdade, com a decência, com a honradez que deve nortear o procedimento das pessoas públicas.

Por último, queria sugerir que esta Presidência, da mesma forma como fez nos ofícios já mencionados, solicite à CGU e ao Palácio do Planalto os procedimentos administrativos que foram instaurados a propósito do envolvimento do Sr. Waldomiro Diniz, ampla e fartamente noticiados pela imprensa. Acho que seria oportuno e interessante que tivéssemos acesso aos relatórios finais das sindicâncias e dos procedimentos administrativos instaurados.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Agradeço a V. Ex.^a. Solicitaria aos Srs. Senadores que estão requerendo essas providências que oficializassem, para que a própria Assessoria tomasse as providências.

Com a palavra o nobre Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu apenas devo dizer que na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania existe um farto material em matéria de bingos, não dessas investigações, mas em matéria de bingos, e dei para relatar ao Senador Osmar Dias, que está na dúvida se relata, ou então ao Sr. Aloizio Mercadante.

Conseqüentemente, se o Relator julgar conveniente esse material, eu posso solicitar, ou V. Ex.^a mesmo, ao Senador Osmar Dias para ver se há alguma coisa que tenha ligação com a CPI.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr. Presidente, acho que a indicação do Senador Antonio Carlos Magalhães sobre a existência dessa documentação na Comissão de Justiça será de grande validade para os trabalhos da nossa Comissão. Daí por que só tenho palavras de agradecimento pela contribuição do Senador Antonio Carlos. Vamos requerer ao Presidente da Comissão.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Com a palavra V. Ex.^a, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sr. Presidente, eu queria apenas registrar a minha satisfação com a indicação do Relator, Senador Garibaldi Alves Filho, que mostra o equilíbrio desta Comissão, a tranquilidade com que vamos fazer aqui um belíssimo trabalho, investigando a fundo essa questão dos bingos. Tenho certeza que nós aqui vamos produzir um belíssimo trabalho.

A Relatoria ora indicada nos dá também, junto com V. Ex.^a e o nosso vice, essa tranquilidade. Quanto aos procedimentos encaminhados até o momento, com certeza nós daremos todo o apoio para que possamos desenvolver o nosso trabalho, como dissemos sempre, indo a fundo nessa questão.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Eu agradeço a V. Ex.^a, em nome do nosso Relator e do nosso Vice-Presidente.

Continua aberta a palavra aos Srs. Senadores.

Com a palavra o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, na reunião anterior manifestei a palavra que usei nessa semana, o alívio que senti quando esta CPI foi instalada. Esse alívio é porque a população inteira do País estava esperando que se instalasse esta Comissão.

Eu gostaria aqui de parabenizar a iniciativa do nosso Senador Antonio Carlos Magalhães, que, como Senador mais antigo, o mais velho entre nós, o menos moço entre nós, providenciou de imediato a reunião da

Comissão, elegendo, com o **quorum** que se verificou, a Presidência, na pessoa de V. Ex.^a, Senador Efraim Moraes, e a Vice Presidência, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

Foi uma satisfação para todos nós e, hoje, a satisfação se redobra com a indicação de Garibaldi Alves Filho, Senador pelo Rio Grande do Norte. É uma pessoa experiente, muito atenciosa com os Senadores, que tem tranquilidade e calma para apreciação dos casos e dos fatos que lhe são colocados para decisão, e isso é muito bom para esta Comissão.

Certamente, estamos dependendo da votação da LDO. Se a votação for hoje, teremos o recesso, porque segundo o nosso Regimento, nenhuma Comissão provisória pode trabalhar durante o recesso. Na início da semana que vem, certamente estaremos todos aqui para saber realmente se haverá ou não recesso. Então, a grande pauta certamente será oferecida pela Mesa para que possamos trabalhar. Mas só esses requerimentos já feitos pela Mesa, por V. Ex.^a, pelo Relator e pelo Vice têm uma atividade bastante grande, porque a análise dessa documentação toda, após a sua chegada, vai ser profunda e nos oferecerá as condições de início de trabalho.

Parabéns por essa segunda reunião, que é o início dos nossos trabalhos já com eficiência. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Eu é que agradeço a V. Ex.^a, Senador Juvêncio da Fonseca. Com certeza, nós esperamos uma decisão do Congresso Nacional no que diz respeito à votação da LDO. Sabemos que não é nada fácil esse entendimento, até porque até o presente momento a LDO não foi aprovada sequer na Comissão de Orçamento. Então, dificilmente teremos a aprovação dessa matéria e deveremos estar aqui na próxima semana em função do não-recesso, que, a meu entender, é até aconselhável para o Congresso Nacional, em função do momento que vive o País e a nossa instituição.

Com a palavra o Relator para mais alguma consideração. (Pausa).

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Senador Efraim, se V. Ex.^a me permitir – sei que V. Ex.^a está indo para os encaminhamentos finais –, gostaria somente de agradecer a todos os Senadores e Senadoras aqui presentes neste momento, porque não tive a oportunidade, no plenário, pela votação da PEC paralela. Todos os senhores aqui – não vou citar o nome de um por um –, todos trabalharam para isso acontecer.

A PEC paralela não existiria, não seria aprovada sem esses Senadores, que representam o conjunto do Plenário. Trabalhamos naturalmente junto com todos os senhores. Por isso eu quero, de público, deixar registrado um forte abraço muito carinhoso e respeitoso a todos os senhores que estão aqui. Não fossem os senhores, a PEC paralela não seria aprovada. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Eu é que agradeço a V. Ex.^a e digo que a aprovação da PEC paralela é uma vitória do Senado Federal, uma vitória de todos nós que a construímos juntos. Essa PEC paralela, com certeza, em muito irá melhorar as condições dos nossos funcionários públicos federais, estaduais e municipais e do trabalhador brasileiro.

Antes de encerrar, queria colocar em discussão os requerimentos que lemos no início da reunião e repetilos, para que aqueles que não se encontravam no início da nossa sessão deles possam ter conhecimento.

Esta Mesa encaminhou de ofício ao Sr. Deputado Jorge Picciani, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, solicitação para que disponibilize a esta Comissão cópia do relatório final da CPI da Loterj, aprovado por aquela Casa legislativa, assim como depoimentos prestados na referida comissão de inquérito e processos que façam referência ao caso.

Depois, ofício ao Dr. Marfan Martins Vieira, Procurador-Geral da Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, em que solicitamos a gentileza de disponibilizar a esta Comissão cópia dos processos sobre o caso Waldomiro Diniz, assim como denúncias apresentadas por esses Ministérios que façam referência ao caso em tela.

Em seguida, ao Dr. Paulo Lacerda, Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, solicitando a gentileza de disponibilizar a esta Comissão cópia dos processos, assim como dos inquéritos policiais abertos em decorrência das denúncias do caso Waldomiro Diniz.

Oficializamos ainda ao próprio Dr. Paulo Lacerda que colocasse à disposição desta Comissão, até o término dos trabalhos, um delegado da Polícia Federal, que deverá prestar serviços em tempo integral para melhor instrução da matéria.

E, ainda, ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Severino Cavalcanti, em que solicitamos fosse enviada a esta CPI a cópia completa dos autos e instruções que levaram à cassação do ex-Deputado André Luiz. Justificamos essa solicitação em razão do ex-Deputado André Luiz ter sido acusado de tentar

extorquir quatro milhões de um empresário de jogos, Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira.

Ainda, por solicitação dos Srs. Senadores, que fosse oficializada a Procuradoria-Geral da República solicitando os inquéritos; e do Senador Antonio Carlos Magalhães, para que possamos solicitar à CCJ um farto material sobre os bingos; e também à CGU, para que fossem encaminhados os inquéritos que foram feitos no período da denúncia do Sr. Waldomiro Diniz.

Então, eu queria colocar em votação os ofícios encaminhados, lidos como requerimentos.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Permaneçam como se encontram os que estão de acordo.

Aprovado.

Vamos aguardar esse material.

Quero dizer aos senhores, antes de encerrar a nossa reunião, que, na próxima semana, caso não se vote a LDO – que, acredito, não será votada –, a Assessoria, na terça-feira, fará contato com os Srs. Senadores para que, no período da tarde, na terça-feira, possamos fazer uma nova reunião.

Porque aí depende. Se houver recesso, nós vamos suspender os trabalhos, o que é regimental, mas nesse período até a votação da LDO vamos tentar marcar uma reunião. Espero sugestões dos senhores, na próxima semana, para que possamos formular um cronograma dos trabalhos. Porque espero, de posse desse material, se entrarmos em recesso na próxima semana, no primeiro dia útil de agosto, fazermos a nossa primeira reunião após o recesso.

Por hoje é só, agradeço a presença dos senhores.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 16 horas e 51 minutos.)

Ata da 3ª Reunião, realizada em 6 de julho de 2005.

Aos seis dias do mês de julho do ano de dois mil e cinco, às nove horas e quarenta e cinco minutos, na Sala 3 da ala Senador Alexandre, sob a Presidência do Senador Efraim Morais e ainda com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Antônio Carlos Magalhães, Reginaldo Duarte, Valdir Raupp, Leomar Quintanilha, Garibaldi Alves Filho (Relator), Paulo Paim, Fátima Cleide, Magno Malta, Juvêncio da Fonseca, Augusto Botelho, Geraldo Mesquita Junior e Luiz Otávio, membros, reúne-se a **Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º**

245, de 2004, para “Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberto os trabalhos e indaga aos Senhores Membros se é necessária à leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada a leitura da Ata, é considerada lida e aprovada. A seguir, a presidência informa que a sobre a Mesa os seguintes: **Requerimento n.º 008/05**, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a convocação do Sr. Carlos Augusto Ramos, conhecido como “Carlinhos Cachoeira”, para prestar depoimento perante esta Comissão. **Requerimento n.º 015/05**, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, requer a convocação do Sr. Waldomiro Diniz, para prestar depoimento perante esta Comissão. Usam da palavra os senhores Senadores Romeu Tuma e Antônio Carlos Magalhães. Em votação, são aprovados, por unanimidade, os requerimentos de convocação dos senhores Carlos Augusto Ramos e Waldomiro Diniz. A presidência sugere a convocação o Sr. Carlos Augusto Ramos para a próxima Semana. Com a palavra o Senador Magno Malta informa que apresentará requerimentos de convocação dos Procuradores da República. Com a palavra o Senador Romeu Tuma tece considerações sobre as linhas de investigação da CPI. Usam da palavra pela ordem os Senadores Antônio Carlos Magalhães, Juvêncio da Fonseca, Leomar Quintanilha, Fátima Cleide e Paulo Paim. A presidência passa a leitura dos demais requerimentos: **Requerimento n.º 009/05**, de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca, requer ao Tribunal de Contas da União, o envio de cópias dos relatórios de auditoria daquele Órgão sobre os contratos de prestação de serviços entre a Caixa Econômica Federal e a empresa GTECH do Brasil Ltda.. **Requerimento n.º 014/05**, de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca, requer a Revista “Veja”, cópia de gravações em seu poder que guardem relação com o envolvimento do Sr. Carlos Augusto Ramos ou do ex-Subchefe de Assuntos Parlamentares da Presidência da República, Sr. Waldomiro Diniz, em práticas de extorsão. **Requerimento n.º 011/05**, de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca, requer ao Governo do Estado do Rio de Janeiro a relação completa dos ocupantes do cargo de direção, em primeiro e segundo escalão, incluindo o Presidente da Comissão Permanente de Licitação e eventuais comissões especiais e temporárias da Loterj, durante todo o período da presidência do Sr. Waldomiro Diniz. **Requerimento n.º 010/05**, de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca, requer a Presidência da república o envio de relação